

ANDRÉ CHINKOVIAKI LEVINSKI

**O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS
(1930-1945)**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Armando Dalla Costa.

**CURITIBA
2007**

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRÉ CHINKOVIAKI LEVINSKI

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS
(1930-1945)

Monografia aprovada como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade
Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: _____


Prof. Dr. Armando Dalla Costa

Examinador: _____

Evânio do Nascimento Fellipe

Prof: Evânio do Nascimento Fellipe

Examinador: _____


Prof: José Guilherme Silva Vieira

Curitiba, dezembro de 2007

Dedico esta monografia – fruto de muitas leituras e reflexões, às pessoas que eu amo e que estiveram ao meu lado desde a minha entrada na graduação.

Assim:

Aos amigos, Colegas, professores, e a minha mãe por tudo.

“A sabedoria não nos é dada; é preciso descobri-la por nós mesmos, depois de uma viagem que ninguém nos pode poupar ou fazer por nós.”

Marcel Proust
1871-1922

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
1 INTRODUÇÃO	1
2.REFERENCIAL TÉORICO: ORIGENS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	3
2.1 A TEORIA DOS CHOQUES ADVERSOS.....	3
2.2 A ÓTICA DA INDUSTRIALIZAÇÃO LIDERADA PELA EXPANSÃO DAS EXPORTAÇÕES	6
2.3 ÓTICA DO "CAPITALISMO TARDIO"	7
2.4 A ÓTICA DA INDUSTRIALIZAÇÃO PROMOVIDA PELO ESTADO.....	9
3 O ESTADO BRASILEIRO	12
3.1 A ECONOMIA E AS CRISES EXTERNAS A PARTIR DE 1929.....	12
3.2 MUDANÇAS ESTRUTURAIS: O GOVERNO VARGAS E A NOVA ECONOMIA.....	15
3.3 A SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	16
3.4 INTERVENCIONISMO E POLÍTICA EXTERNA: O SETOR INDUSTRIAL.....	22
4 A INDÚSTRIA BRASILEIRA PERÍODO 1930/1945	26
4.1 A INDÚSTRIA NO RITMO DE CRESCIMENTO E O INICIO DAS COMPANHIAS ESTATAIS	26
4.1.1 Vale do Rio Doce.....	31
4.1.2 A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).....	31
4.1.3 Fábrica Nacional de Motores.....	32
4.1.4 Companhia Nacional de Álcalis.....	33
4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL.....	34
6 CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS	39

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO POR SETOR 1920-.....	11
TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DE SÃO PAULO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO PAÍS 1907-1938.....	25
TABELA 3 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E DO QUANTUM DAS IMPORTAÇÕES POR GÊNERO DE INDÚSTRIAS 1933-1939.....	26
TABELA 4 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL 1939-1945.....	28

RESUMO

Esta monografia aborda o processo de industrialização brasileiro no período que compreende o primeiro governo Vargas (1930-1945), expondo como foi possível o desenvolvimento da indústria local em um ambiente de crises externas. O trabalho estuda a transição do centro dinâmico da economia agro-exportadora para um direcionamento ao mercado interno. O processo de substituição de importações induzido pelo estado, a utilização da capacidade ociosa da indústria local e a transferência de recursos pelos empresários, foi nesse período essencial para desencadear um processo industrial.

ABSTRACT

This monograph studies the process of the Brazilian industrialization in the first period of Vargas Government (1930-1945), exposing how was possible the development of the local industry in an environment of external crises. The work examines the transition from the dynamic center of the agro-export economy to a direction to the market. The process of replacing imports induced by the state, the use of idle capacity of the local industry and the transfer of resources by entrepreneurs, in this period was essential to trigger an industrial process.

1 INTRODUÇÃO

No modelo primário exportador (1500-1930), onde o setor externo era o fator diretamente responsável pelo crescimento da renda, a participação do governo ocorria no sentido de tomar medidas que favorecessem a expansão da produção, sem que houvesse qualquer alteração na estrutura econômica.

Com a modificação do sistema (processo iniciado com a revolução de 1930), além de ocorrer uma relativa perda de importância do setor externo no processo de formação da renda nacional, há a modificação da atuação governamental. O esforço de desenvolvimento nacional passa a estar relacionado diretamente à uma expansão do setor industrial. Ocorre então uma “melhor utilização das forças produtivas”, ou seja, uma maior exploração das possibilidades de reprodução do capital, ocorrendo a partir daí a dinamização do setor industrial.

Dois fatores contribuíram para impulsionar o desenvolvimento da indústria do início da década de 1930: a plena utilização da capacidade ociosa das indústrias tradicionais: e a transferência real dos recursos do setor de exportação. Também é fato que o estado atuou de forma decisiva no processo industrial, principalmente através do PSI (processo de substituição de importação), que objetivava impulsionar o desenvolvimento da economia baseado no mercado interno. Portanto, para fazer referência a esta época serão avaliados dois aspectos: o impulso à industrialização por substituição de importações motivada pela crise do setor cafeeiro e o papel assumido pelo Estado neste processo.

Entre 1930 e 1945 é a época em que se inicia a fabricação nacional dos chamados bens de consumo não duráveis, como tecidos, indústria de alimentos, calçados etc. Paralelamente a este processo econômico, no plano político, ocorre a formação do Estado nacional capitalista, sob a égide do governo de Getúlio Vargas, que em seu primeiro período, teria se voltado conscientemente para a construção da indústria no Brasil. Neste sentido, foi inovador ao criar as condições necessárias para que um novo projeto de desenvolvimento encontrasse no Brasil o ambiente básico para sua reprodução e, de certa forma, revolucionário, ao propor não pequenas adaptações da economia brasileira às condições econômicas internacionais da época, mas grandes mudanças (principalmente institucionais) com

poder de alterar a antiga forma de gerir a economia e direcionar investimentos, em favor de novo e dinâmico sistema.

Nesse contexto, o objetivo desse trabalho é analisar a evolução da industrialização brasileira a partir da tomada do poder por Getúlio Vargas no período de 1930 a 1945. No que se segue, examina-se de forma sucinta a evolução da indústria no Brasil, enfatizando-se as duas vertentes de análise: as raízes do processo de industrialização e o papel do Estado nessa evolução.

Primeiramente serão abordadas algumas das interpretações existentes acerca das origens da industrialização brasileira. A intenção é evidenciar a complexidade do processo de formação industrial, onde não existe a teoria "ideal", mas sim um conjunto de contribuições que buscam explicar tal fenômeno. Os capítulos seguintes inserem a crise pela qual passou o modelo agro-exportador, visando esclarecer os principais efeitos motivadores do início da industrialização por substituição de importações neste país. Em seguida será detalhado o processo de substituição de importações para verificar como se deu o processo industrial no Brasil, como avançou de um estágio "não induzido" para um estágio planejado. Os capítulos finais abordam o crescimento industrial verificado na economia brasileira no período, bem como o surgimento das primeiras companhias estatais, e a maior preocupação do estado em promover o desenvolvimento nacional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: ORIGENS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

O presente trabalho será fundamentado pela teoria dos choques adversos conduzida por Wilson Suzigan, e pelos conceitos da industrialização exportadora e industrialização sustentada pelo estado, elaboradas por Dean Nicol e Maria Tereza Versiani, respectivamente. Como forma de incrementar o trabalho também será abordado a teoria Cepalina, defendida por Celso Furtado.

É grande o debate entre os estudiosos brasileiros acerca das origens da industrialização brasileira. Consideraremos a abordagem de Suzigan¹, a qual engloba as principais interpretações acerca desse processo.

A história econômica do Brasil neste século XX retrata uma das mais ricas experiências de industrialização em condições de subdesenvolvimento.

2.1 A TEORIA DOS CHOQUES ADVERSOS

Segundo SUZIGAN (1986) o setor externo da economia é afetado em função da ocorrência de um choque adverso (crises econômicas internacionais, guerras, etc.) e este fato impõe restrições à importação. Logo, a demanda interna, sustentada por políticas expansionistas, desloca-se para as atividades internas substituidoras de importações. Esse processo de substituições de importações objetiva possibilitar um desenvolvimento industrial interno, sendo este, resultado das restrições externas e importante incentivador do aumento da capacidade produtiva das indústrias.

Esta teoria pode ser encaixada na década de 1930, caracterizando a industrialização substitutiva de importações como uma resposta específica a um choque adverso específico, isto é, a crise do café e da grande depressão de 1929, sendo a relação entre o setor exportador e as atividades internas de interdependência, de tal modo que é viável um crescimento industrial dentro da economia primário-exportadora (SUZIGAN, 1986, p.406).

Nesse contexto, duas correntes de pensamento são apresentadas. A primeira é a "versão extrema" originada pela interpretação do subdesenvolvimento latino-americano da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Diz que a industrialização brasileira reagiu bem aos choques das duas grandes guerras e da

1 SUZIGAN, Wilson. A indústria brasileira. São Paulo: Brasil, 1986.

Grande Depressão de 1930. Para SUZIGAN (1986), o resultado da queda nas importações, depois das guerras e da depressão, foi um aumento no preço de produtos manufaturados importados, concorrentes com produtos nacionais, em relação aos preços das exportações. Consequentemente houve um aumento no índice de rentabilidade dos produtos importados em relação à agricultura de exportação, acarretando transferência de recursos da agricultura para as atividades industriais urbanas. O resultado final foi a formação de um setor industrial interno.

A segunda alternativa é a versão de Furtado e Tavares. Eles dividem o desenvolvimento industrial em antes e depois da crise do café e da Depressão de 1930. Antes o crescimento era induzido pelo aumento da renda interna decorrente do setor cafeeiro exportador; e depois de 1930 pela substituição das importações. A crise cafeeira diminui a importância do café como motor de crescimento da economia, a necessidade de industrialização era fundamental para conduzir essa nova fase da economia brasileira. O PSI (processo de substituição de importações) era um recurso específico ao choque adverso, proveniente da crise do café e da grande depressão de 1929, cujo principal objetivo era o desenvolvimento industrial.

Nessa abordagem, Furtado ressalta:

Esse mecanismo de defesa da renda dos exportadores resultou ser também favorável aos grupos manufatureiros incipientes. Nas etapas de redução da renda dos consumidores [...] aumentava o poder competitivo das manufaturas de produção interna. Surgiu, assim, espontaneamente, uma política protecionista que supria a inexistência de uma orientação definida nesse sentido, ideologicamente pouco aceitável na época. (FURTADO, 1961, p.238)

Em seu livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, publicado em 1961, Celso Furtado, analisa a industrialização brasileira nas primeiras décadas do século XX como “ longa e incerta marcha na busca de uma alternativa ao modelo clássico de crescimento extensivo à base de exportações”². Tratava-se para ele de “uma luta em busca de um novo caminho”, a qual só se havia tornado consciente no Brasil durante os dois primeiros decênios do século XX.³ Percebe-se nesse contexto a emergência do mercado interno como centro dinâmico da economia.

² Celso Furtado, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p.233.

³ Celso Furtado, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p.235.

As origens da industrialização eram sustentadas pela existência de um mercado interno, e pela proteção automática nas etapas de concentração de renda. Para FURTADO (1986), as medidas tomadas pelo governo para expandir o setor exportador: a elevação de preços de produtos importados e a ampliação do mercado interno propiciaram à indústria nascente condições favoráveis de crescimento na década de 1930: “a produção industrial cresceu fortemente, através de uma utilização intensiva do equipamento já instalado, da importação de equipamentos de segunda mão e de outros expedientes”⁴.

Ainda em Furtado:

[...] essa primeira fase de industrialização [...] consistia essencialmente na introdução de um núcleo de indústrias de bens de consumo corrente — tecidos, produtos de couro, alimentos elaborados, confecções — que se tornavam viáveis em razão da renda disponível para o consumo sob o impulso da expansão das exportações. Demais, o processo de urbanização, que ocorria paralelamente, criava novas exigências [...] abrindo o caminho para uma indústria de materiais de construção [...] Ora, essas indústrias — as de bens de consumo geral e as de materiais de construção — são de escasso poder germinativo. No caso das primeiras, sua curva de crescimento era inicialmente rápida, simplesmente porque ocupavam o lugar dos produtos anteriormente importados. (FURTADO, 1970, p.133)

A versão aqui apresentada posiciona uma relação de interdependência entre o setor exportador e as atividades internas, desenvolvendo determinadas indústrias juntamente com o setor agrícola de subsistência. O processo de industrialização foi a possibilidade de transferência de recursos líquidos e reais da agricultura de exportação para a indústria urbana.

⁴ Celso Furtado, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p.238.

2.2 ÓTICA DA INDUSTRIALIZAÇÃO LIDERADA PELA EXPANSÃO DAS EXPORTAÇÕES

Segundo NICOL (1945) esta teoria defende a existência de uma relação direta sobre o desempenho do setor exportador e o desenvolvimento industrial, caracterizando-se tal desenvolvimento como um processo abrangente de industrialização, não limitado à produção de bens de consumo como uma extensão das exportações. Essa teoria estabelece uma relação direta entre a expansão das exportações de café e o desenvolvimento industrial no Brasil. Como visto anteriormente tanto Tavares quanto Furtado consideram a crise do café e da crise de 1929 como transição para uma economia industrial, porém tal transição começou antes da década de 1930.

Na análise de DEAN (1971) o setor exportador lançou bases para o desenvolvimento industrial por vários motivos: ao promover a monetização e o crescimento da renda interna, criando um mercado para produtos industrializados; ao promover investimentos em infra – estrutura; desenvolvendo o comércio de exportação e importação para produtos manufaturados; impulsionando a imigração, aumento na oferta de mão-de-obra e; gerando as divisas essenciais à importação de bens de capitais para o processo de industrialização.

Para DEAN (1971), a expansão das exportações de café criava tanto o mercado consumidor quanto as condições para o estabelecimento de indústrias no país (capitais, importação de equipamentos a baixos preços, oferta de mão-de-obra, crédito no exterior, etc). Tudo isso conduzia Dean a afirmar que "durante os anos em que o café se vendeu bem, tudo faz crer que a indústria foi mais lucrativa e se expandiu mais depressa"; "Durante os anos maus do comércio do café... a indústria local agonizou" (DEAN, 1971, p. 93-4).

Ao defender o anos antecessores as crises da década de 1930, como fundamentais para o desenvolvimento industrial brasileiro, Dean considera que a primeira guerra mundial interferiu no processo de industrialização.

Quanto à tendência de observadores mais recentes para aceitar os relatos contemporâneos pelo seu valor nominal, pode-se sugerir que uma teoria que associa o crescimento ao colapso do comércio agrada aos sentimentos nacionalistas, pois implica que as fontes estrangeiras de suprimentos não são merecedoras de confiança e que a produção nacional é capaz de aceitar qualquer desafio. Além disso, uma teoria assim é útil aos intelectuais e burocratas

brasileiros urbanos por demonstrar às elites econômicas recalcitrantes a inevitabilidade da industrialização. Os escritos de Celso Furtado, por exemplo, estão prenhes dessa mensagem. Os estrangeiros, por outro lado, folgavam de presumir que a industrialização de uma área dependente como o Brasil foi um produto de circunstância, fenômeno temporário que poderia ser invertido pela paz entre as nações industriais e o encorajamento do comércio livre (DEAN, 1971, p.108)⁵.

2.3 ÓTICA DO "CAPITALISMO TARDIO"

Essa teoria baseia-se nas obras de Sérgio Silva e João Manuel Cardoso de Mello, o primeiro escreveu *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil* (1976); o segundo: *O Capitalismo Tardio* (1986).

A interpretação da origem do desenvolvimento industrial brasileiro é basicamente uma revisão da doutrina cepalina. Defende que ocorreu aqui um desenvolvimento capitalista na passagem do escravismo para o trabalho assalariado. Nesse desenvolvimento capitalista, o capital industrial era dependente do agrário-exportador e este da demanda externa, e teve origens na passagem da economia colonial para a mercantil entre 1880 e 1920, com o capital acumulado pelo café e a imigração.

Assim, o setor exportador garantiu a acumulação de capital para investimento na indústria, a formação de um mercado de mão-de-obra livre e de uma demanda interna para manufaturados, assim como a capacidade de importar bens de salário, matéria-prima e maquinarias. Vale ressaltar que havia uma estreita relação entre o capital cafeeiro e o capital industrial, o que provocava restrições ao desenvolvimento industrial em tempos de crise do setor exportador.

Nesse contexto:

... as relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicam, ao mesmo tempo, a unidade e a contradição. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria; a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital (SILVA, 1976, p.103).

Na obra de Silva, podemos perceber que o desenvolvimento industrial tende a se concentrar nas regiões cafeeiras, onde o capital industrial é acumulado, e há

⁵ Convém ressaltar que Celso Furtado, ao discutir a indústria latino-americana até 1930, não atribui qualquer papel à Primeira Guerra Mundial. Pelo contrário, caracteriza esse período como de "Industrialização induzida pela expansão das exportações". Ver Furtado, *Formação econômica da América Latina*, 1970, cap. X e XI.

maior disponibilidade de mão-de-obra; e na clara existência de um caráter contraditório entre momentos de crise cafeeira, que provoca efeitos positivos e negativos sobre a indústria (por provocar o declínio cambial, protege a produção nacional, por exemplo), percebem-se claros limites de expansão industrial.

Nesse contexto, através do desequilíbrio externo a reprodução do capital impõe transformações necessárias à acumulação: o nascimento da indústria e a conseqüente elevação da produtividade tão importante para a expansão do excedente e o prosseguimento da acumulação. Assim, através da constante solução e re colocação do desequilíbrio externo, o capitalismo brasileiro segue seu caminho, escondendo no palheiro das atribulações financeiras a contradição que explica o seu próprio desenvolvimento (SILVA, 1976, p.109).

Apesar desse ponto negativo, Silva defende a forma de acumulação, para induzir a indústria nascente e inserir a economia nacional no cenário econômico mundial. Para ele, a reprodução do capital cafeeiro e das formas de subordinação da economia brasileira levam ao nascimento e ao desenvolvimento da indústria que, por sua vez, está em contradição com a própria reprodução do capital cafeeiro e as formas de subordinação da economia brasileira. Mais uma vez afastamos a noção simplista de contradição, segundo a qual as contradições internas do capitalismo levariam a sua própria destruição.

Nem a subordinação do Brasil na economia mundial e o capital cafeeiro excluem a industrialização, nem a industrialização implica na destruição dos laços que unem o Brasil à economia mundial e muito menos ainda na destruição do capitalismo no Brasil. A industrialização pode, simplesmente, levar a mudanças nas formas de subordinação associadas a transformações do capitalismo no Brasil: por exemplo, a perda da posição dominante por parte do capital cafeeiro ou mesmo do capital comercial em geral (SILVA, 1976, p.112-13).

A análise de Mello aborda o processo de desenvolvimento industrial brasileiro como sendo de um capitalismo que nasceu tardiamente. Para o autor o capitalismo não pode formar-se sem o apoio da acumulação colonial, e que o capital industrial valeu-se da periferia para reduzir o seu custo de reprodução do capital necessário para o desenvolvimento. Para o autor nossa economia sofreu uma industrialização capitalista dita retardatária (dependente do setor cafeeiro). Assim, a posição subordinada da economia brasileira na economia mundial capitalista está

duplamente determinada: pelo lado da realização do capital cafeeiro e pelo lado da acumulação do capital industrial. Esta dependência resulta, na verdade, da não constituição de forças produtivas capitalistas, isto é, do bloqueio da industrialização (que se expressa internamente na hegemonia do capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil, sobre o capital industrial). Por outro lado, a fragilidade do capitalismo brasileiro transformou-nos em campo de exportação de capitais dos países capitalistas maduros, ao criar, não obstante, oportunidades de inversão ao capital estrangeiro: quer ao capital de empréstimo, de forma predominante, quer ao capital de risco, que se dirige basicamente aos setores de infra-estrutura, comercial e financeiro, mas, também, ao setor industrial (MELLO, 1986, p.109).

Nesse ponto é clara a evidência que Mello faz quanto à limitação do desenvolvimento do capital industrial, fruto da nossa especialização em produtos primários e da ausência de indústrias de bens de capital, predominantemente de bens de consumo. Aparentemente, aqui, a subordinação da economia brasileira à economia mundial capitalista poderia ser rompida pela "constituição de forças produtivas capitalistas", embora se deva considerar o fato de haver crescente inversão de capital estrangeiro no País. A abordagem de Silva e Mello sugere alternativas que superam o impasse em que se situava a polêmica entre "Teoria dos Choques Adversos" e "industrialização induzida pelas exportações". Embora considere algumas críticas à teoria do capitalismo tardio, Suzigan considera extremamente válidas as contribuições no que concernem às origens do desenvolvimento industrial brasileiro.

2.4 A ÓTICA INDUSTRIALIZAÇÃO PROMOVIDA PELO ESTADO

Esta teoria fundamentada por VERSIANI (1986), atribui grande importância ao papel do governo em relação à industrialização. A intenção dessa escola de pensamento é argumentar que o estado desempenhou um papel favorável à industrialização no período anterior a 1930, primeiro através de uma deliberada proteção alfandegária e, em segundo lugar através da concessão de subsídios a determinadas indústrias.

De fato, os dados referentes à importação de maquinaria, combinados com as informações disponíveis sobre as datas de fundação das fábricas de tecidos,

indicam a ocorrência de investimentos de certa importância na produção interna de tecidos de algodão desde 1870 (VERSIANI, p.271, 1979).

Em sua análise Versiani considera que a produção substitutiva de importações costuma depender, para sua continuidade, da existência de algum mecanismo que reserve o mercado interno para os produtores locais. No período posterior à Segunda Guerra, como se sabe, essa reserva foi proporcionada, nos países latino-americanos, por vários mecanismos deliberados de restrição às importações. No período inicial da industrialização, quando esses mecanismos protecionistas não estavam presentes, as tarifas alfandegárias foram importantes por proporcionarem aos industriais locais uma forma equivalente de proteção, ainda que sua fixação não obedecesse a esse propósito explícito. Assim, este foi um período de respeitável atividade de investimento, não só em novos setores — marcando um processo de diversificação na produção manufatureira — mas também na própria indústria de tecidos.

Os anos vinte têm, nesse sentido, características opostas ao período da Primeira Guerra: o principal setor industrial mostrava, de um lado, um baixo crescimento da produção, mas, de outro lado, expansão significativa do investimento. Como resultado disso, o setor tinha, no final da década, uma proporção importante de capacidade produtiva ociosa, o que possibilitou que a produção crescesse rapidamente, no início dos anos trinta. O estímulo à indústria não era mais visto sob a ótica de medidas provisórias ou emergenciais, mas passava a ser considerado como atividade normal do governo, requerendo normas formais específicas.

Ao apresentar essas diferentes teorias acerca das origens da industrialização brasileira, Suzigan concorda que o desenvolvimento industrial no país poderia ser interpretado enquanto “crescimento econômico induzido por produtos básicos”, isto é, o crescimento industrial teria sido induzido pela expansão do setor exportador do século XIX. Para o autor, a relação de crescimento industrial e expansão do setor exportador continuaram no início do século XX, mas foi gradualmente reduzida. A partir de 1905, o setor industrial doméstico já estimulava investimentos em outras atividades, os chamados “efeitos encadeadores”. Estes investimentos resultavam na fabricação de produtos ligados ao produto básico. A Primeira Guerra Mundial acelerou este processo devido a necessidade de diversificar a estrutura industrial.

Na década de 1920, subsídios governamentais estimularam esta diversificação. O rompimento da ligação entre setor agrícola exportador e crescimento industrial ocorreram com a crise do café e a Grande Depressão da década de 1930. Embora permanecesse a dependência do setor industrial em relação ao setor exportador para importar máquinas e equipamentos necessários para investimentos e insumos para as produções industriais, iniciou-se, um processo de substituição de importações, o qual acabou acelerando a diversificação da estrutura industrial.

3. O ESTADO BRASILEIRO

O capítulo a seguir aborda a inserção da economia brasileira na década dos trinta, caracterizando o papel do Estado no processo de industrialização frente às crises externas e a nova estrutura econômica adotada.

3.1 A ECONOMIA E AS CRISES EXTERNAS A PARTIR DE 1929.

Em 1929, deflagrada a crise da bolsa de Nova Iorque, houve uma brusca queda nos preços internacionais dos gêneros primários nos países agro-exportadores. No Brasil, o café, base da economia brasileira, foi o mais atingido. Estava iniciada uma fase de mudanças na estrutura econômica adotada pelo país.

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de crescimento da economia brasileira durante as primeiras décadas do século XX; podemos perceber que a partir de 1929, o crescimento do setor agrícola é reduzido consideravelmente, à medida que o setor industrial apresenta uma significativa alteração. Desta forma, é entre 1933 e 1939 que objetivamente se pode falar no desencadeamento de um processo de industrialização no Brasil, quando o ritmo de crescimento da indústria alcançou 11,30% ao ano, superando por larga margem o crescimento da agricultura. Agora, como ressaltam Villela e Suzigan⁶, a indústria passa a ser o centro dinâmico da economia, deslocando o setor agrário para uma posição inferior.

TABELA 1 - TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO POR SETOR - 1920-1939			
Setor	1920-29	1929-33	1933-39
Agricultura de exportação	7,50%	3,10%	1,20%
Produção industrial	2,80%	1,30%	11,30%

VILLELA e SUZIGAN. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro, 1973, p. 68.

Um aspecto levantado por Furtado refere-se, a valorização do câmbio, que teve um impacto negativo sobre as atividades industriais internas, algo que, com a queda da bolsa de valores em 1929 levaram a economia brasileira a enfrentar

⁶ Ver Villela, A. e Suzigan, W. *Crescimento Industrial e Industrialização*, discutido em Diniz, E. op.cit. capítulo 2.

enormes dificuldades no começo da década de 1930. Nesse contexto é válida a contribuição de Furtado:

A grande acumulação de estoques de 1929, a rápida liquidação das reservas metálicas brasileiras e as precárias perspectivas de financiamento das grandes safras previstas para o futuro, aceleraram a queda do preço internacional do café iniciada conjuntamente com a de todos os produtos primários em fins de 1929. Essa queda assumiu proporções catastróficas, pois, de setembro de 1929 a esse mesmo mês de 1931, a baixa foi de 22,5 centavos de dólar por libra para 8 centavos (FURTADO, 1975, p.177).

O afluxo de recursos estrangeiros destinados à política de valorização criou uma situação de ilusão cambial, segundo Celso Furtado a aventura da conversibilidade do final dos anos vinte – a qual em última instância era um subproduto da política de defesa do café – serviu apenas para facilitar a fuga de capitais. Não fosse a possibilidade de conversão que existiu nesse período, a queda do mil-réis teria sido muito mais brusca, estabelecendo-se automaticamente uma taxa sobre a exportação de capitais. Essa taxa chegou, mas somente depois de se evaporarem todas as reservas.

A produção de café, em razão dos estímulos artificiais recebidos, cresceu fortemente na segunda metade desse decênio. Entre 1925 e 1929 tal crescimento foi de quase cem por cento, o que revela a enorme quantidade de arbustos plantados no período imediatamente anterior. Enquanto aumentava dessa forma a produção, mantêm-se praticamente estabilizadas as exportações. Em 1927-29 as exportações apenas conseguiam absorver as duas terças partes da quantidade produzida. A retenção da oferta possibilitava a manutenção de elevados preços no mercado internacional. Esses preços elevados se traduziam numa alta taxa de lucratividade para os produtores, e estes continuavam a intervir em novas plantações. A procura, por outro lado, continuava a evoluir dentro das linhas tradicionais de seu comportamento. Se contraía pouco nas depressões, também pouco se expandia nas etapas de grande prosperidade. Com efeito, não obstante a grande elevação da renda real, ocorrida nos países industrializados no decênio dos vinte, essa prosperidade em nada modificaria a dinâmica própria da procura de café, a qual cresce lenta, mas firmemente com a população e a urbanização (FURTADO, 1975, p.181).

Para Maria da Conceição Tavares as crises desse período atingiram vários países na América Latina, porém suas proporções foram combatidas pela forte atuação estatal nessas economias.

A crise prolongada dos anos trinta, pode ser encarada como o ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo primário exportador. A violenta queda na receita de exportação acarretou de imediato uma diminuição de cerca de 50% na capacidade de importar na maior parte dos países da América Latina, a qual depois da recuperação não voltou, em geral, aos níveis da pré-crise. Apesar de o impacto sobre o setor externo das nossas economias ter sido

violento, estes não mergulharam em depressão prolongada como as economias desenvolvidas (TAVARES, 1998, p.33).

Apesar das crises no início da década de 1930, a defesa do café, a política econômica expansionista e o crescimento do investimento proporcionaram uma rápida recuperação da economia brasileira. Wilson Suzigan argumenta que o crescimento da produção industrial na fase de recuperação foi certamente baseado de início na capacidade de produção existente, mas à medida que a capacidade ociosa foi sendo gradualmente absorvida novos investimentos tornaram-se necessários. Foi na década de 1930, após as crises externas que as políticas comerciais desempenharam um papel importante, com a depreciação cambial aumentando os preços relativos das importações e as restrições às importações contribuindo para desviar a demanda interna, mantida em níveis elevados pelo programa de defesa de café e pelas políticas monetária e fiscal expansionistas para a indústria interna substitutiva de importações.

A década de 1930 representa um ponto de inflexão na transição para uma economia industrial, mas também é evidente que essa transição começou durante o período de crescimento liderado pelas exportações, após a primeira guerra mundial e particularmente na década de 1920, o processo industrial conseguiu durante os anos 30 a progredir independentemente da crise no setor exportador; foi estimulada pelas políticas econômicas expansionistas; e substituiu importações que foram restringidas em decorrência da escassez de divisas imposta pela crise do setor exportador e da depressão econômica mundial (SUZIGAN, 1986, p. 352).

3.2 MUDANÇAS ESTRUTURAIS: O GOVERNO VARGAS E A NOVA ECONOMIA

Quando assumiu a chefia do governo provisório, Getúlio Vargas estudou propostas que gerariam efeitos na indústria nacional. O primeiro ano da era Vargas foi marcado por incessantes medidas a fim de amenizar a crise cafeeira, que em 1933 atingiu sua produção máxima; essas políticas foram financiadas entre outras medidas pela adoção de novos impostos.

O cenário do início da década de 30 foi marcado pela lenta recuperação da economia mundial, o que ocasionou para o Brasil uma série de dificuldades para importar, porém a abertura de crédito pelo governo Vargas facilitou a expansão industrial, tendo em vista a demanda do mercado interno⁷. Entre 1928 e 1940 as relações de troca do Brasil decaíram em 65% e os preços internacionais do café em 66%, porém até o período de 1933 as políticas de defesa do café prevaleceram frente as reais necessidades da mudança de política no país.

Para OLIVEIRA (1996) o governo Vargas surgiu, num momento crítico, durante a crise econômica mundial, que restringiu acentuadamente as áreas consumidoras de nossa produção exportável e interrompeu o afluxo regular de capitais estrangeiros, repercutindo profundamente no equilíbrio das contas externas do país. As importações declinaram fortemente, sofrendo o consumo um desfalque ponderável, fato que estimulou a produção interna, e provocou um reajustamento da estrutura econômico-financeira. Apesar da crise e das dificuldades cresceu a produção brasileira voltada para o consumo interno e foi no setor industrial que essa evolução se fez mais sensível

O governo Vargas buscou modernizar o sistema bancário brasileiro com uma maior participação do estado, objetivando facilitar o financiamento das políticas nacionais de desenvolvimento. Couberam ao Banco do Brasil e aos bancos comerciais a tarefa de atender a intensa demanda de crédito por parte da produção, voltada principalmente para o mercado interno. Com a criação da carteira de crédito

⁷A crise de 1929, com seus drásticos efeitos sobre a exportação de café. Levou forte redução nas importações de bens de capital. A partir de 1932, porém a indústria de transformação mostra sinais de recuperação devido à capacidade ociosa resultante dos investimentos na década de 1920. FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil, fundo de cultura, RJ, 1959.

agrícola e industrial as fontes de recursos se tornaram mais seguras, o que fez a produção interna do país crescer em uma época que havia pouca captação de recursos externos.

DINIZ (1978) defende a atuação de Vargas na década de 1930 como marco histórico da sociedade brasileira, a qual representou efetivamente importante etapa na construção do capitalismo industrial brasileiro. Coube ao governo administrar essa transição da ordem agro-exportadora para a era urbano-industrial. O Estado foi o agente deste esforço de transformação, mobilizando os recursos externos e internos, criando incentivos à produção doméstica, apoiando a indústria nacional, buscando ao mesmo tempo atrair os investimentos externos necessários. Sob o impacto deste conjunto de políticas, observou-se a incorporação dos principais atores da ordem capitalista em formação, empresários e trabalhadores industriais⁸.

3.3 A SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL.

As interpretações de Celso Furtado referente à década de 1930, identificam o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira: uma economia cuja dinâmica era determinada pela demanda externa – em especial pelo café, principal produto de exportação do Brasil na época – passou a ter na procura do mercado interno o determinante fundamental do nível de renda, de produto e de emprego. Assim, a agricultura de exportação deixou de atuar como o setor determinante do comportamento de nossa economia, posição que passou a ser ocupada pela produção manufatureira destinada ao mercado interno. A essa mudança estrutural se associou o início do que ficou conhecido como o processo de industrialização por substituição de importações, processo esse induzido pela crise do setor externo da economia brasileira.

O PSI (processo de substituição de importações), bem como os estudos acerca das origens da industrialização brasileira (abordado no primeiro capítulo da

⁸ Texto apresentado no Seminário Internacional "Da Vida para a História: O Legado de Getúlio Vargas", realizado em Porto Alegre, entre 18 e 20 de agosto de 2004. Agradeço aos organizadores do evento o gentil convite para participar como expositora do Painel 4 "Getúlio Vargas, Economia e Política Externa". O argumento aqui desenvolvido baseia-se no estudo publicado no livro: *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

monografia) pressupõe a existência de uma industrialização que efetivamente vinha ocorrendo no Brasil desde o último quarto do século XIX, mas que efetivamente ganhou destaque a partir da crise do setor agro-exportador.

É consenso entre os estudiosos que o impulso decorreu dos efeitos gerados pela expansão cafeeira nessas áreas do País. Em estudo clássico sobre a industrialização de São Paulo, Warren Dean explora vários aspectos da relação entre a expansão da cafeicultura e desenvolvimento da indústria. Para o autor o aumento das exportações de café, junto com a substituição do trabalho escravo pelo do imigrante, expandiu a circulação monetária, antes extremamente restrita. O padrão de consumo do colono do café necessitava de alguns artigos básicos que podiam ser produzidos no País (e que não mais se obtinham na própria fazenda).

A urbanização, induzida pelo comércio cafeeiro, forneceu a infra-estrutura para as fábricas; ao mesmo tempo, a população urbana ampliava o mercado de consumo. A formação de um mercado de trabalho, como resultado também da imigração, foi outro fator fundamental para o estabelecimento das fábricas.

Em síntese o processo de substituição de importações⁹ correspondia ao surgimento de um novo modelo de desenvolvimento, caracterizando-se pelos seguintes aspectos:

1 - Declínio do setor exportador como principal elemento de formação da renda nacional;

2 - Queda da importância das exportações como principal determinante do crescimento e sua substituição pelo investimento interno;

3 - O setor externo muda suas funções: deixa de ser o agente diretamente responsável pelo crescimento da renda nacional para permitir importações destinadas ao fortalecimento do parque industrial interno.

Ao analisar o desenvolvimento da economia brasileira, no ensaio “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações”, TAVARES (1963) é considerada a principal vertente dessa abordagem, que caracterizou a economia brasileira no período aqui estudado:

⁹ A mudança do processo de “desenvolvimento para fora” em direção ao “desenvolvimento para dentro”, como foi caracterizado o desenvolvimento econômico da América latina na primeira metade do século XX pelos economistas cepalinos, é também chamado “substituição de importações”.

O largo período que transcorreu até a recuperação mundial logo seguido da Segunda Guerra Mundial obrigou a economia do país a voltar-se sobre a si mesma desenvolvendo atividades produtivas, com o apoio em faixas de demanda interna até então atendidas pelas importações. Sob a pressão de uma redução drástica da capacidade para importar iniciou-se, assim, um processo de substituição de importações levando a um grau de diversificação industrial e a taxas de crescimento mais acentuadas do que as de quase todas as nações latino-americanas. Quando da grande depressão, o país já dispunha de um mercado interno bastante amplo e com uma estrutura industrial que, se bem incipiente, possuía já uma relativa diversificação. Isso se devia à natureza do setor exportador, que exercia um poderoso efeito difusor sobre o espaço econômico da região em que estava localizado. Assim dentro do próprio modelo primário-exportador teve lugar um vigoroso processo de urbanização acompanhado da implantação de uma infra-estrutura de serviços básicos e do desenvolvimento de uma série de indústrias tradicionais (TAVARES, 1963, p.59).

A crise dos anos 30, como visto, significou a derrocada do modelo agrário exportador e, como forma de superá-la, a economia gradualmente redirecionou-se para o mercado interno. Segundo TAVARES (1986) o período de 1930-1945 na economia brasileira, caracterizou-se plenamente por um processo de substituição de importações, visto que a capacidade para importar diminuiu em termos absolutos, e a qual conseguiu promover um intenso crescimento da produção industrial.

Na combinação de um esquema dual de divisão de trabalho com uma acentuada desigualdade na distribuição pessoal da renda residia, pois, a base da tremenda disparidade entre a estrutura de produção e a composição da demanda interna, cujo ajuste se dava por intermédio do mecanismo do comércio exterior. Esta é, em última análise, a característica mais relevante do modelo primário-exportador, para a compreensão da mudança subsequente à crise (TAVARES, p.32,1977).

A interpretação para o processo de industrialização brasileiro exposta por Tavares, procura identificar as linhas básicas do “Modelo de Substituição de Importações”. Para a autora o termo está associado ao fenômeno de redução de certos produtos da pauta de importações porque passaram a ser produzidos internamente.

O processo de substituição das importações pode ser entendido como um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos (TAVARES, 1963, p.35).

O objetivo era atender à demanda interna existente, via expansão da oferta interna, o que podia ser feito através da maior utilização da capacidade produtiva

instalada; produção de bens e serviços não vinculados ao setor externo, como serviços governamentais; e, instalação de novas unidades produtivas.

De modo geral, o desenvolvimento do setor exportador deu lugar a um processo de urbanização mais ou menos intenso ao longo da qual se iam estabelecendo as chamadas indústrias de bens de consumo interno tais como as de tecido, calçado, vestuário, móveis, etc. Essa reduzida atividade industrial, juntamente com o setor agrícola de subsistência, eram insuficientes para dar a atividade interna um dinamismo próprio. Porém Tavares considera o período anterior a década de 1930:

É de notar-se desde logo que a estrutura de 1929, dada a relativamente baixa participação dos bens de consumo, indica que esse processo industrial já se tinha iniciado anteriormente, ainda dentro do tradicional modelo exportador. Na realidade, a industrialização no Brasil já vinha ocorrendo, embora por forma incipiente, desde os primórdios do século e teve um impulso maior durante o período da Primeira Guerra Mundial. À época da grande depressão as indústrias tradicionais já tinham atingido um certo grau de desenvolvimento, assim a entrada no processo de substituição de importações pela via dos bens de consumo não-duráveis resultou mais fácil não só pelas condições de dimensão de mercado e tecnologia de menor intensidade de capital como, muito principalmente, pela possibilidade de explorar mais eficazmente a capacidade produtiva já existente. (TAVARES, 1963, p.79)

Nesse sentido expande-se o mercado interno para bens de consumo final, tanto pelo aumento da renda gerado pelos investimentos como por não haver mais as limitações anteriores, de quando os produtos eram importados; nesse cenário com fortes restrições às importações ocorre uma onda de substituições, em que importações menos essenciais são reduzidas, dando lugar aos bens essenciais para a instalação e operação de novas unidades produtivas. Esta situação repete-se, sendo esta a essência da dinâmica do processo.

Com a ruptura do modelo primário-exportador, tem início um novo modelo de desenvolvimento, no qual o setor externo perde parte de seu papel na formação da renda nacional, enquanto a atividade interna ganha dinamismo e eleva sua participação na renda nacional.

O importante, porém, não é o caráter substitutivo da produção industrial, que permite atender inicialmente a uma demanda cativa e a partir daí expandir-se. O ponto central é que este incremento de produção permite, pela primeira vez na história da indústria, reproduzir conjuntamente a força de trabalho e parte do capital

constante industrial, num movimento endógeno de acumulação (TAVARES, 1985, p.133).

A variável chave para o crescimento econômico deixa de ser exportação (exógena), sendo substituída pelo investimento (endógena), e o setor externo passa a ser importante para o processo de diversificação da estrutura produtiva, via importações de equipamentos e bens intermediários. Mantém-se taxa razoável de investimento mesmo com estagnação ou declínio das exportações, através da mudança na composição das importações. As duas condições que favorecem o maior dinamismo do Processo de Substituição de Importações (e foram atendidas no Brasil, segundo Tavares) são:

a) as importações, em termos de composição e volume, devem representar uma parcela do mercado que justifique a implantação de indústrias substitutivas;

b) a capacidade produtiva deve possuir certo grau de diversificação, de forma a responder ao impulso do estrangulamento externo.

Para Tavares no período antecessor a crise de 1929, não só as exportações eram praticamente o único componente autônomo do crescimento da renda como o setor exportador representava o centro dinâmico de toda a economia brasileira. É certo que a sua ação direta sobre o sistema, do ponto de vista da diversificação da capacidade produtiva, era forçosamente limitada, dada a base econômica sustentada: apenas um ou dois produtos primários.

No Brasil, o processo de substituição avançou consideravelmente, entrando nas faixas de bens de consumo duráveis, e continuando, em algumas faixas de produtos intermediários e bens de capital. A dinâmica do processo de desenvolvimento pela via de substituição de importações pode atribuir-se, em síntese, a uma série de respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento do setor externo, através dos quais a economia vai se tornando quantitativamente menos dependente do exterior e mudando qualitativamente a natureza dessa dependência.

Nas primeiras fases do processo de substituição, a seleção de novas linhas de produção é feita à luz da demanda interna existente pelos itens da pauta mais facilmente substituíveis, que são os bens de consumo terminados. A manutenção de uma estrutura de importações sem grandes alterações na posição relativa dos três grandes grupos (bens de consumo, produtos intermediários e bens de capital) pode

significar que se esteja conseguindo substituir, simultaneamente em várias faixas, embora com ênfase distinta em certas gamas de produtos de acordo com as condições específicas de cada país e o estágio de desenvolvimento em que se encontre.

Tavares conclui que, nas condições do modelo de substituição de importações, é praticamente impossível que o processo de industrialização se dê da base para o vértice da pirâmide produtiva, isto é, partindo dos bens de consumo menos elaborados e progredindo lentamente até atingir os bens de capital, há a necessidade que o “edifício” seja construído em vários andares simultaneamente, mudando apenas o grau de concentração em cada um deles de período para período.

No que diz respeito aos bens de consumo, as importações sofreram uma violenta restrição com a crise, sobretudo o bens de consumo duráveis, cujo comportamento é extremamente elástico em relação às variações do quantum geral, em virtude de serem os produtos da pauta de importações cujo consumo é mais facilmente compressível. As importações de bens de consumo não duráveis caíram acentuadamente durante o PSI, ocorrendo uma substituição desses produtos pela produção interna. Os bens de capital sofreram elevadas flutuações do nível geral de importações, sofrendo também consideráveis restrições após a crise de 1929.

Somado à análise de Tavares a afirmação de Pereira consolida o processo de modificação econômica que sofreu a economia brasileira no período:

A partir de 1930 - com a crise do sistema capitalista internacional - tem início no Brasil um segundo modelo de desenvolvimento: o modelo de substituição de importações. A industrialização brasileira realizou-se de acordo com esse modelo de desenvolvimento. A economia voltou-se para dentro. O coeficiente de importações, ou seja, a relação entre as importações e a renda, baixou violentamente. Girava em torno de 22% no fim dos anos vinte e havia caído para aproximadamente 7% no início dos anos sessenta. A industrialização realizou-se com a substituição dos bens anteriormente importados, enquanto que as exportações permaneciam relativamente estagnadas. Este modelo de desenvolvimento, embora desse origem a uma série de graves distorções na economia brasileira, era provavelmente a única alternativa viável através da qual poder-se-ia realizar a industrialização do país. Entre 1930 e 1960 elevadas taxas de desenvolvimento foram alcançadas (PEREIRA, 1973, p.55).

O sucesso do modelo de substituição de importações no Brasil relaciona-se aos seguintes fatores: o modelo tradicional exportador originou uma estrutura produtiva mais diversificada e um mercado de dimensão significativa, além disso, foi

importante a coincidência espacial dos setores dinâmicos no modelo tradicional (setor exportador) e no modelo de substituição de importações (setor secundário), a disponibilidade relativa de fatores (com abundância de terra e mão-de-obra) e a política econômica. O processo histórico de formação da economia cafeeira, apresentado por Furtado, foi decisivo para a magnitude de alguns desses fatores e permitiu uma transição mais fácil de um modelo para o outro, quando da crise do setor exportador.

3.4 INTERVENCIONISMO E POLÍTICA EXTERNA: O SETOR INDUSTRIAL.

O Estado Nacional assumiu a responsabilidade de formar, dentro do sistema existente, não só uma rede de órgãos com o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico brasileiro, mas inclusive tentando transformar-se num Estado empresário, inovador e, em menor intensidade, banqueiro. Este intervencionismo estatal procurava justificar-se perante a sociedade pela busca de eficiência e pela promessa de relações impessoais entre governo e sociedade.

Segundo PELÁEZ (1972), com a constante intervenção do estado na economia, formou-se um mercado verdadeiramente nacional para a indústria, em razão da quebra de barreiras entre as distintas unidades da federação, que facilitou a livre circulação de mercadorias, levando à fusão dos mercados isolados e locais. Além do mais, a construção de portos, ferrovias e rodovias, nesse período, integrou fisicamente as regiões dispersas. É preciso acentuar que a industrialização assim empreendida não se difundiu igualmente por todo o Brasil. Ao contrário, concentrou-se em São Paulo, que se tornou o estado mais industrializado.

O processo, contudo, foi gradual, pois foi baseado na proteção do mercado nacional, decorrente das elevadas tarifas incidentes sobre os bens importados, bem como no controle direto das importações e na administração de estrangulamentos externos que impunha limites estreitos à capacidade de importação e, conseqüentemente, ao acesso de bens de produção, como máquinas, equipamentos e matérias-primas, necessários ao crescimento e modernização da produção industrial (PELÁEZ, 1972, p.276).

No período que compreende entre 1930 a 1937, foram criados os seguintes órgãos ligados a um projeto de desenvolvimento industrial: Ministério do Trabalho,

Indústria e Comércio, em 1930; o Departamento Nacional do Trabalho, em 1931; o Conselho Federal do Comércio Exterior, em 1934; o Plano Geral de Viação Nacional e a Comissão de Similares, em 1934; e o Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1937, todos eles com a função de pensar a organização e o desenvolvimento da indústria nacional.

A atuação de Vargas no combate à crise do setor cafeeiro no início da década de 1930, não ficou restrita à adoção de uma política econômica voltada à proteção da renda do setor cafeeiro, caminhou na direção da implementação de um projeto desenvolvimentista industrializante. O governo, ao seguir a antiga fórmula de buscar empréstimos externos para financiar o excedente da produção de café, até por sua impossibilidade diante da crise, voltou-se à implantação de um conjunto de políticas que já sinalizava para a ruptura com este modelo.

Em termos gerais, a atuação do governo federal pode ser sintetizada pela adoção de câmbio desvalorizado que mantinha no curto prazo, certa estabilidade na renda nominal dos cafeicultores, pela taxaço das exportações de café em 20% (pagas em espécie) e pela criação de um imposto de mil réis, cobrado sobre cada novo cafeeiro plantado no estado de São Paulo (Peláez, 1972). Enfim, uma política econômica que garantia a sustentação da renda nacional interna e, no longo prazo, desestimulava o aumento da oferta de café, reduzindo o hiato entre produção e consumo.

Embora sustentasse o nível das exportações no curto prazo, o governo, ao realizar tal política de desestímulo à produção cafeeira no longo prazo, afastava-se dos interesses da cafeicultura, aproximando-se de outros grupos sociais (membros da classe média urbana, tenentes e até mesmo de setores da burguesia agrária não-exportadora), passando a costurar um projeto desenvolvimentista industrializante. A existência deste projeto, que passa a buscar o desenvolvimento do país não mais numa base agro exportadora, mas na construção de uma indústria nacional voltada ao mercado doméstico.

A proteção à indústria no mercado interno aumentava assim consideravelmente a partir da década de 1930, decorrente de mudanças na política comercial impostas pela crise do setor externo da economia. Entre outras medidas intervencionistas, a política econômica de Vargas considerava os seguintes pontos: o principal instrumento de proteção passou a ser a política cambial, através da

desvalorização da taxa de câmbio, nos anos trinta, e introdução de controles do mercado de câmbio com escala de prioridade para importações, desde os anos trinta. No pós-guerra, com a taxa de câmbio mantida fixa (sobrevalorizada), esses controles seriam intensificados e ampliados na administração das importações.

Uma outra característica marcante desse período, em termos de desenvolvimento industrial, foi a decisiva participação do Estado como produtor direto na implantação de algumas indústrias de base e na geração de energia elétrica. Os principais empreendimentos estatais (ou de economia mista)¹⁰ voltados à indústria nesse período foram:

1. No setor de mineração, a criação da Cia. Vale do Rio Doce, em 1942;
2. Na siderurgia, a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941, e o controle acionário pelo Banco do Brasil em 1952, da Companhia Aços Especiais Itabira (ACESITA), fundada em 1944;
3. Na química, a criação da Companhia Nacional de Álcalis em 1943, para produção de barrilha e soda cáustica;
4. Na produção de motores pesados, com a criação da Fábrica Nacional de Motores em 1943; e
5. Na geração de energia elétrica, através da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, fundada em 1945.

Vargas considerou que a política tarifária não deveria estar voltada apenas a garantir certa fonte de receita ao governo, mas também a promover a indústria nacional. Vargas era a favor de um protecionismo moderado, visando vantagens de ordem econômica, a revisão tarifária proposta pelo governo atenderia apenas o objetivo fiscal para algumas mercadorias, e, quanto às provenientes de indústrias genuinamente nacionais seria aplicado um regime moderadamente tarifário.

Durante a década de 1930 o governo foi percebendo que não restava outra alternativa senão diminuir e selecionar as importações e aumentar as exportações para impulsionar a industrialização, para Vargas até a década presente éramos apenas produtores de matéria-prima de origem animal e vegetal, nesse contexto era necessário abrir oportunidades para um novo caminho e estruturar o novo progresso sobre novos horizontes, menos acessíveis às dificuldades que vinham do exterior.

¹⁰ SUZIGAN, Wilson. A indústria brasileira. São Paulo: Brasil, 1986, pg. 87.

Para ele a exploração das riquezas do subsolo e o tratamento industrial dos produtos básicos - carvão, ferro e petróleo – e a criação de uma metalurgia adiantada eram etapas indispensáveis para nossa independência econômica; e era preciso resolver esse problema o mais depressa possível.

O protecionismo brasileiro possuía sentido bastante claro e entrosado com o conjunto da proposta governamental: com ele, a industrialização apresentava-se como a resposta mais viável aos problemas nacionais. O objetivo de eliminar a pobreza das áreas pouco povoadas se apresentava como medida concreta para sustentar o discurso nacionalista e modernizador de Vargas, assim quando a industrialização alcançasse essas regiões, suas populações conheceriam as vantagens da legislação do trabalho e melhorariam seu nível de vida. Para Vargas, o fomento a industrialização deveria alcançar a totalidade do território brasileiro.

Segundo FONSECA (1989) se antes da década de 1930 as preocupações do governo eram fundamentalmente com a política monetária e cambial, agora seu empenho era com o desenvolvimento econômico, ou seja, a necessidade de impulsionar a industrialização, de regulamentar o uso dos recursos naturais, de definir áreas de influências ao capital privado e ao Estado, ao capital nacional e ao estrangeiro; vinha a tona, a “questão social”. A visão de Vargas era a de que o desenvolvimento capitalista via industrialização levaria o Brasil à igualdade com as demais potências, e extinguiria dentro dele o antagonismo entre riqueza e pobreza, entre progresso e atraso.

4 A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO 1930 -1945

O presente capítulo aborda o desenvolvimento da industrialização da economia brasileira no período 1930-1945, analisando as taxas de crescimento da indústria e o processo de planejamento das primeiras empresas estatais.

4.1 A INDÚSTRIA NO RITMO DE CRESCIMENTO E O INÍCIO DAS COMPANHIAS ESTATAIS.

No período de 1930-1945 como dito, a economia brasileira sofreu significativas mudanças: a qual deslocou o centro dinâmico da economia para o mercado interno, buscando o desenvolvimento industrial como forma de superar a crise existente no setor agrícola. Nesse contexto, vale ressaltar que embora houvessem ocorrido modificações no sistema a partir dos anos 30, a economia agrícola era ainda predominantemente, a população era em maioria rural, e o desenvolvimento urbano abrangia poucas regiões.

Nessa época a industrialização brasileira alcançava relativo desenvolvimento, com um aumento expressivo no número de fábricas e trabalhadores. Porém, à medida que os países desenvolvidos já passavam pela Segunda Revolução Industrial, o mesmo não ocorria na economia brasileira, à qual era relativamente centrada na produção de gêneros alimentícios, vestuário e calçados; contudo verificou-se a diversificação da indústria, assim como as relações inter-industriais se tornaram mais complexas.

É consenso entre os estudiosos que no período 1930-1945, o acelerado ritmo de expansão da indústria situou a economia brasileira entre aquelas que mais cresceram no mundo. Esse crescimento ocorreu com maior intensidade no estado de São Paulo. A partir de 1933 teve início um período de expressiva expansão da indústria paulista, num movimento que se manteve ao longo das próximas décadas e que acabou por consolidar a condição do estado de São Paulo como principal centro industrial do País. A participação do estado de São Paulo no valor da produção industrial brasileira representava 45,4% em 1939 (SUZIGAN, 1986, p.296).

A Tabela a seguir apresenta o desempenho industrial do Estado de São Paulo no período; é possível concluir que a partir da década de 1920, o seu

crescimento alcançou índices extremamente elevados se comparados com os anos anteriores.

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DE SÃO PAULO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO PAÍS - 1907-1938

Anos	Porcentagem
1907	16
1914	20
1920	33
1938	43

Fonte: Villela e Sugigan, 1973, pg 212.

Foi intenso o ritmo do desenvolvimento industrial no Brasil a partir da década de 1930. Assim, do total de estabelecimentos existentes na ocasião do Censo Industrial de Setembro de 1940, em número de 49.418, nada menos de 34.691 haviam sido fundados depois de 1930, sendo que 26.881 entre 1933 e 1940. A participação da indústria no produto da economia aumentou de 21% em 1919, para 43% em 1939. (VILLELA e SUZIGAN, 1975, p.192).

TABELA 3 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E DO QUANTUM DAS IMPORTAÇÕES POR GÊNERO DE INDÚSTRIAS - 1933-1939

	Produção Industrial 1933-1939 (%)	Importações (quantum) 1933-1939 (%)
A. Extrativa mineral	8,1	3,8
B. Indústria transformação	11,3	...
Minerais não-metálicos	19,9	-4,3
Metalúrgica	20,4	3,6
Mecânica	...	10,5
Material Elétrico	...	3,7
Material de Transporte	...	9,1
Papel e Papelão	22,0	4,1
Química	...	3,1
Têxtil	11,1	-6,6
Vestuário e Calçados	9,8	-4,9
Produtos Alimentares	1,9	-4,7
Bebidas	8,4	1,8

FONTE: Dados primários do quantum das importações: "**Estrutura do Comércio Exterior do Brasil**", vol. II, centro de Contas Nacionais, IBRE/FGV: produção industrial: Tabela XIX, Apêndice Estatístico

Nota: ... Dados não Disponíveis

Na tabela observa-se o declínio das importações de produtos das indústrias tradicionais, principalmente têxtil, vestuário e produtos alimentares, nas quais a substituição de importações progrediu e que eram as que mais pesavam no total de importações. Ao mesmo tempo, nota-se forte aumento das importações de bens de capital, como produtos da indústria mecânica e material de transporte, e um aumento moderado nas indústrias de bens intermediários, como metalúrgica, papel e papelão. É importante lembrar que a industrialização dos anos trinta ocorreu apesar das condições adversas do comércio exterior, principalmente do baixo nível das relações de troca durante esses anos, o que limitou a capacidade de importar, de vez que as entradas de capitais foram inexpressivas.

É bastante expressivo que o índice de produção industrial que nos anos de depressão registrou uma taxa média anual de crescimento de apenas 1,0%, nos anos 1933 -1939 tenha acusado uma intensa aceleração para 11,2% ao ano. Esse intenso destaque da indústria era reflexo das políticas econômicas adotadas pelo governo, em especial ao PSI e ao direcionamento econômico para o mercado interno. Porém, vale ressaltar que o surto de industrialização, o crescimento da produção, em alguns setores industriais, foi feito sem o necessário aperfeiçoamento técnico e a custa de sobreutilização da capacidade instalada.

A fundação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, em 1939, permitiu a implantação de novas indústrias básicas como as de celulose e papel, metalurgia e do alumínio, siderurgia moderna a base de carvão mineral. De um modo geral a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial passou a exercer funções de banco de desenvolvimento industrial, concedendo empréstimos para a compra de maquinaria e equipamentos.

A indústria em 1939 já mostrava algumas mudanças em relação a 1919, as indústrias básicas (metalúrgica, material elétrico e material de transporte), praticamente dobraram a sua participação no total do valor adicionado da indústria. As indústrias tradicionais (têxtil, vestuário e calçados, produtos alimentares, bebidas, fumo e mobiliário), apesar de constituírem 60% do valor adicionado da indústria, tiveram sua participação relativa diminuída, pois em 1919, representavam 72%. Foi grande o crescimento das indústrias químicas e farmacêutica, que quase triplicaram sua participação entre 1919 e 1939.

O desenvolvimento da produção industrial durante a II Guerra Mundial esteve intimamente ligado às condições do comércio exterior. Ao contrário dos anos trinta, quando dificuldades no comércio exterior levaram modificações na política cambial que, se por um lado tinham como objetivo manter o equilíbrio da balança comercial, por outro, tiveram como resultado incentivar a industrialização, pela proteção que deram à indústria nacional, no período de guerra essas dificuldades não ocorreram. Na realidade, a economia de guerra trouxe um período de folga no balanço de pagamentos, com grande acúmulo de divisas (VILLELA & SUZIGAN, 1975, p 211).

O desenvolvimento industrial durante a Segunda Guerra Mundial foi em menor intensidade que o período de 1933-1939, as indústrias que mais se desenvolveram foram as indústrias básicas, particularmente a do cimento e a metalúrgica. Porém, foi nesse período que foi tomada uma das mais importantes decisões em prol da industrialização do país – a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, a primeira usina integrada de aço da América Latina. Sua construção foi realizada com o auxílio dos Estados Unidos, que financiou a compra do equipamento importado e com crédito do Tesouro Nacional, sua produção só se iniciou no pós-guerra.

TABELA 4 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, 1939-1945

	1939-1945(%)
Indústrias Extrativas	3,7
Indústria de transformação	5,2
Minerais não-metálicos	14,1
Metalúrgica	9,1
Couro e peles	-2,5
Borracha	30,0
Material de Transporte	11,0
Papel e Papelão	4,1
Óleos e graxas vegetais	6,7
Têxtil	6,2
Calçados	7,8
Produtos Alimentares	0,9
Bebidas e Fumo	7,6
Editorial e Gráfica	2,3
Construção Civil	4,8
Energia Elétrica	7,4
Total	5,4

FONTE: LOEB, G. F. "Números Índices de Desenvolvimento Físico da Produção Industrial", 1939-1945, (MARÇO DE 1953)

A tabela acima nos mostra que o crescimento industrial do período que compreende a Segunda Guerra Mundial foi de apenas 5,4% ao ano, a limitações causadas pela guerra às importações de máquinas, equipamentos e matérias – primas industriais afetou a continuidade da industrialização iniciada nos anos trinta. O crescimento da produção industrial teve que ser feito utilizando ao máximo os equipamentos e instalações existentes, o que fez com que o fim da guerra alguns ramos industriais estivessem com seus equipamentos desgastados e obsoletos.¹¹

Não obstante o comércio exterior ter proporcionado ao país nos anos de guerra uma melhora de 42% nas relações de trocas, que por sua vez criou uma capacidade de importar suficiente para atender às necessidades de industrialização que se iniciara nos anos trinta, a limitação das importações imposta pela guerra teve como resultado uma desaceleração no ritmo de desenvolvimento industrial. Daí ter a indústria, como um todo, crescido nos anos de guerra à taxa anual de 5,4%, sensivelmente inferior à da década de dos trinta, 8,4%, e a dos anos 1933-1939, quando alcançou 11,2% (VILLELA & SUZIGAN, 1975, p.215).

No decorrer dos anos trinta, o estado de São Paulo se consolidava como a região de maior concentração industrial do País, devido ao constante afluxo de imigrantes europeus, além de um número elevado de operários qualificados que viriam ocupar as mais importantes posições no sistema produtivo da indústria; em segundo lugar, o rápido crescimento do potencial energético, assim como a abundância de matéria – prima de produção local; criaram condições necessárias ao processo de industrialização do Estado paulista, tornando-se o mais importante pólo industrial do Brasil

Outros fatores contribuíram para o Estado paulista se devolver mais rapidamente: as facilidades de transporte encontradas pela indústria e que foram deixadas pela economia cafeeira; um mercado local razoavelmente desenvolvido como resultado de um crescimento populacional propiciado pela imigração estrangeira como pelas migrações internas; e finalmente a disponibilidade de capitais que buscavam aplicação na indústria.

Para DANTAS (1944) o principal fator que impediu que a indústria paulista mantivesse, no período de guerra, as altas taxas de crescimento registradas entre 1933 e 1939, foi a escassez de matérias-primas essenciais e combustíveis, cuja importação era dificultada pela guerra. As indústrias metalúrgicas e de material

¹¹ No caso da indústria têxtil, 80% do equipamento estavam obsoletos e gastos, exigindo imediata substituição, cf. " A indústria Têxtil no Brasil", **Observador Econômico e Financeiro**, 1986, p.64.

elétrico ressentiram-se da falta de cobre; as indústrias de cerâmica pararam por falta de combustível, cujo racionamento também causava crise no setor de transportes, afetando o resto da economia (DANTAS, 1944, p. 33).

4.1.1 Vale do Rio Doce

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) Empresa de capital misto criada através de decreto-lei pelo presidente Getúlio Vargas em junho de 1942. Com controle acionário do governo federal, a CVRD foi organizada para impulsionar a exploração das riquezas minerais do subsolo brasileiro, principalmente o ferro.

Coerente com as disposições contidas no Código de Minas - que fazia distinção entre a propriedade do solo e a do subsolo e vedava a exploração do subsolo brasileiro a estrangeiros, o governo federal implementou a partir da década de 1940 uma política mais agressiva na área da exploração mineral. Com uma nítida postura nacionalista, o governo Vargas eliminou definitivamente as pretensões de empresas estrangeiras no Brasil, contestadas por políticos e intelectuais desde a Primeira República.

Em que pese a orientação nacionalista então manifestada pelo governo brasileiro, a criação da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) contou com a colaboração dos governos dos Estados Unidos e da Inglaterra, obtida no contexto da aproximação do Brasil com as potências aliadas na Segunda Guerra Mundial. Parte de um projeto de desenvolvimento econômico mais amplo que visava à industrialização do país, o surgimento da CVRD se relaciona com o da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Assim como a CSN, a CVRD continuou se fortalecendo ao longo dos anos. Na década de 1950, consolidou sua posição no mercado mundial.

4.1.2 A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)

A sua fundação foi em 09 de abril de 1941, mas foi criada em 1939. Já por ocasião da Revolução de 1930, a criação de uma grande indústria siderúrgica nacional havia sido fixada como um dos objetivos do governo, visando a atender às necessidades não só do desenvolvimento econômico, mas da própria soberania

nacional. A usina siderúrgica de Volta Redonda além do investimento do governo contou ainda com um empréstimo de US\$ 45 milhões dos Estados Unidos.

O estabelecimento de uma política siderúrgica surge de fato em 1940 com a instituição da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, que tinha a incumbência de realizar estudos técnicos para a construção de uma usina destinada à produção de trilhos, perfis comerciais e chapas, bem como a organização de uma companhia mista, para a construção e exploração da usina. Tem então origem, em 1941, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que deu início às suas atividades em 1946,

Segundo o decreto de criação, a empresa além de ter por objetivo a transformação de ferro-gusa, aço e seus derivados poderia estabelecer qualquer tipo de indústria direta ou indiretamente relacionada aos seus objetivos, o que a transformou num vasto e complexo parque industrial.

Graças à combinação de minas próprias, usinas, ferrovias e portos em suas operações, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) é o mais abrangente complexo siderúrgico integrado da América Latina. A empresa tem capacidade de produção de cinco milhões de toneladas anuais de aço bruto.

A CSN foi privatizada em 1993. É a única siderúrgica a produzir folha-de-flandres e a primeira do mundo em volume de produção desse material em uma única usina. No período é a terceira maior consumidora de eletricidade do País. Começou a operar em 1º de outubro de 1946.

4.1.3 Fábrica Nacional de Motores

Com o advento da Segunda Guerra Mundial e paralisação dos serviços internacionais de manutenção de motores, temendo o colapso dos transportes no país, o governo federal, em 1943, resolveu criar a Fábrica Nacional de Motores. Esta teve a finalidade inicial de atender aos serviços de manutenção de motores a explosão e a sua fabricação.

Com problemas administrativos sérios, excesso de verticalização e suspensão de convênios de importação de tecnologia, passou a produzir os demais diferentes tipos de produtos industriais, desde tratores até produtos de refrigeração,

cabendo a ela o mérito de ser uma das indústrias pioneiras no campo da indústria automobilística do Brasil.

Empresa deficitária, com investimento mal programado, gozando de vantagens fiscais, tendo como maior cliente o próprio governo, sofrendo injunções políticas que afetavam inclusive os quadros técnicos de sua administração, nunca se consolidou no parque industrial brasileiro, a ponto de induzir o governo federal a optar pela venda de seu acervo ao setor privado, o que ocorreu em 1968.

4.1.4 Companhia Nacional de Álcalis

A intervenção do governo no setor químico, cujas esparsas iniciativas encontravam-se em mãos de grupos estrangeiros, veio muito tardiamente. Tal fato impediu a economia brasileira inclusive de desenvolver uma tecnologia própria, como no caso do petróleo e demais produtos químico-industriais. A idéia de produzir barrilha no país remonta a 1917, quando o Poder Executivo solicitou ao Congresso ajuda financeira para as empresas que desejassem operar nesse setor, o que não foi levado avante.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, o governo federal preocupou-se com a escassez do produto no mercado interno, o que poderia causar a paralisação do parque industrial dele dependente, como era o caso de vários produtos químicos, sabões, polpa de papel, indústria têxtil, refinação de petróleo, metais não-ferrosos, detergentes, óleos e siderurgia. Baseado nesses motivos, o governo federal criou a Companhia Nacional de Álcalis, em 1943, ficando a sua diretoria autorizada a proceder estudos e implantação, no país, da indústria de soda e de seus subprodutos.

4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

A política de sustentação do setor cafeeiro foi bem sucedida, no sentido de que possibilitou elevar os preços externos do produto com relação aos dos produtos importados, em função de uma taxa de câmbio relativamente estável transferiu esse aumento de preços para o cafeicultor nacional. Esta mudança de preços relativos prejudica o crescimento industrial durante quase toda a década dos vinte, portanto proteger a agricultura de exportação na década dos 20 significou retardar o desenvolvimento industrial (VERSIANI & BARROS, p.187,1978).

O início da crise de 1929 coincide no Brasil com o auge da produção cafeeira, fruto dos investimentos feitos no setor durante a década dos vinte, onde a política de valorização havia garantido ao setor elevadas taxas de rentabilidade e de expansão de capacidade produtiva. A política de proteção do café possibilitou a manutenção da renda monetária e real do setor em níveis bem mais elevados do que prevaleceriam, caso não houvesse intervenção, minimizando os impactos da crise mundial sobre o setor.

O outro efeito seria o de favorecer o desenvolvimento industrial através do aumento da demanda de produtos industriais, pois a renda dos cafeicultores não podia ser canalizada para o exterior, devido à limitada quantidade de divisas disponíveis. Este é o impacto relevante da defesa do setor cafeeiro sobre o setor industrial. Associando-se a este fator os gastos do governo, a política monetária expansionista, a piora das relações de troca e a desvalorização real da taxa de câmbio, temos elementos importante para explicar o rápido crescimento industrial ao longo da década dos 30. A demanda interna por produtos industriais cresce no período como subproduto da defesa do setor cafeeiro. A produção industrial interna, baseando-se principalmente na super-utilização da capacidade instalada, cresceu muito ao longo da década.

A Segunda Grande Guerra teve efeitos marcantes em termos de incentivos ao progressivo processo de industrialização e ao lançamento das bases que iriam permitir a crescente diversificação do parque industrial brasileiro. O rápido crescimento industrial conduziu uma alteração significativa da estrutura econômica brasileira, enfraquecendo progressivamente a concepção de que o Brasil só poderia atingir elevadas taxas de crescimento através da exportação de seus produtos

tradicionais. O papel do estado nesse contexto é visto como uma atuação dinâmica e inovadora, à medida que soube proporcionar a indústria um expressivo crescimento.

Para VERSIANI (1978) o processo de industrialização brasileiro na década de trinta foi o resultado da adição de unidades tecnológicas modernas, que se superpunham às existentes e se destinavam a satisfazer uma demanda pré-existente, insatisfeita devido à interrupção ou diminuição dos fluxos dos bens de origem externa, causadas pelo progressivo enfraquecimento relativo da capacidade para importar. A indústria constituiu-se a partir da substituição de formas artesanais e pouco eficientes de produzir, e nesse processo foi difundida tecnologia e maior produtividade para o resto do sistema econômico, especializando e promovendo seu próprio mercado interno.

Com o desenvolvimento acelerado do setor produtor de bens de consumo duráveis, com os investimentos em infra-estrutura e com a crise decorrente da capacidade para importar, ocorreu, também, o desenvolvimento de bens de capital e intermediários, que basicamente seguiram um desenvolvimento contínuo.

No período de 15 anos verifica-se que a crise mundial de 1929 provocou um colapso nos preços de exportação do setor cafeeiro, o qual foi contra-balanceado pela política de compra e queima dos estoques que o governo realizou, resultando na manutenção da renda dos cafeicultores e, por conseguinte, do nível de demanda interna. Isto acabou estimulando o uso da capacidade ociosa das indústrias, o que deu início a substituição de importações de bens leves de consumo manufaturados, gerando um grande impulso ao desenvolvimento da indústria nacional durante toda a década de 1930 e início da década seguinte.

Para DRAIBE (1988), neste período a ação estatal foi decisiva tanto no movimento econômico real como na tentativa de definir o processo e tomar a iniciativa da instalação das indústrias de base no país. Nestes anos do “Estado Novo”, em síntese, se viu um salto qualitativo na ideologia industrialista preexistente, adicionando-lhe elementos básicos para definição de uma estratégia industrializante.

A década de 1930 assim foi exame das principais interpretações sobre a indústria num período de grandes transformações econômicas e institucionais no país, destacando: a crise agro-exportadora e a emergência da indústria como setor dinâmico da economia brasileira; a reorganização institucional do país e o novo

papel do Estado na vida econômica; a organização empresarial e as novas formas de pensamento econômico; e a indústria vista como fator de desenvolvimento econômico.

5 CONCLUSÃO

O começo dos anos trinta foi marcado por profundas transformações na estrutura econômica do Brasil. A crise econômica de 1929 afetou diretamente a economia cafeeira, que era a base econômica brasileira. O esgotamento deste modelo durante a depressão econômica mundial de 1929, o Brasil iniciou um intenso processo de industrialização por substituição de importações. Este processo representou uma mudança qualitativa na composição industrial assim como na pauta de importações, que passou a ser, principalmente, de bens de capital e insumos para a indústria nacional. A dependência destas importações determinou uma atuação mais ativa por parte do Estado, que assumiu o papel na orientação e planejamento do desenvolvimento industrial, sob o governo de Getúlio Vargas.

Assim, o Estado visou a substituição paulatina das atividades agrícolas - exportadoras para a forma de uma estrutura industrial com o intuito de expandir as atividades ligadas ao mercado interno. Embora as intenções industrializantes do Estado tenham sido dificultadas pela falta de recursos disponíveis para a sua realização, o setor cafeeiro principal gerador de divisas encontrava-se em precária situação devido à crise de 1929. Nesse contexto coube ao Estado investir nos empreendimentos produtivos de infra-estrutura com o intuito de proporcionar ao país uma fase urbano industrial, como pólo dinâmico da economia brasileira.

As políticas nacionalistas de desenvolvimento lideradas por Getúlio Vargas alcançaram relativo interesse junto às classes sociais mais importantes. O processo de substituição de importações foi umas das principais medidas em prol do desenvolvimento industrial, visto como alternativa essencial para contornar a crise do setor agrícola da economia, recebeu o nome de "industrialização restringida" e perdurou até meados da década dos cinquenta.

Para FONSECA (1989) o processo de industrialização brasileiro pode ser encarado com resultado do desdobramento espontâneo de uma estrutura industrial que se terá diferenciado gradativamente sob os impactos dinamizadores de sucessivos estrangulamentos externos; e que o processo de substituição de importações não ocorreria sem a efetiva atuação governamental. A importância dos anos 1930-1945 no contexto do desenvolvimento industrial brasileiro – período onde inicia o "o processo industrial" e no qual o estado passa a ter papel fundamental, foi

extremamente importante por alavancar um estrutura industrial interna e ao criar condições para um expressivo crescimento do setor no período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo, DIFEL/EDUSP, 1971.

DRAIBE, Sônia M. **Rumos e Metamorfoses. Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960**. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

FURTADO, Celso, **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso, **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia Editor, 2ª ed., 1970,

MELLO, J.M.C. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e Interesses na Industrialização Brasileira; As Associações Industriais, a Política Econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PELÁEZ, Carlos Manuel. **História da Industrialização Brasileira**. Rio de Janeiro, APEC, 1972.

PELÁEZ, Carlos Manuel. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Atlas, 1979.

PEREIRA, Bresser. **Revista de Ciências Sociais**. Número 55, vol.14, São Paulo, 1974.

OLIVEIRA, Geraldo. **Expansão do crédito e industrialização no Brasil: 1930-1945**, São Paulo, Brasiliense, 1996.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da industrialização no Brasil**. São Paulo, Ed. Alfa Omega, 1976.

SUZIGAN, Wilson. **A indústria brasileira**. São Paulo, Ed. Fundo de Cultura, 1986.

TAVARES, M. da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. São Paulo. Editora da Unicamp, 1985.

TAVARES, M. da Conceição. "O processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina". In Tavares, M. da Conceição. Da

substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

VERSIANI, F.R., e BARROS, J.R.M. **Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização.** São Paulo Saraiva, 1977.

VILLELA, A.V. e SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945.** Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.